



RELATÓRIO DE ATIVIDADES

2004

Apresentação

Este Relatório apresenta uma síntese das atividades desenvolvidas pela AS-PTA em 2004, último ano de execução do Plano Trienal iniciado em 2002.

Na primeira parte, são discutidos os principais elementos que referenciam o trabalho da entidade no triênio e que permitem uma percepção institucionalmente mais integrada as atividades de 2004.

O presente relatório foi elaborado com base nos relatórios detalhados por programa da AS-PTA, que se encontram à disposição dos interessados.

SUMÁRIO

I. Introdução	4
II. Programas de Desenvolvimento Local	9
II.1. Programa de Desenvolvimento Local do Agreste da Paraíba.....	9
II.2. Programa de Desenvolvimento Local do Centro-sul do Paraná.....	16
III. Projeto de Agricultura Urbana no município do Rio de Janeiro	18
IV. Programas Transversais	20
IV.1. Programa de Desenvolvimento Metodológico	20
IV.2. Programa de Políticas Públicas	23
V. Centro de Informação	29
Anexo 1: Principais documentos elaborados em 2004.....	31
Anexo 2: Registros fotográficos.....	34

I. Introdução

1. Ao apresentar e analisar neste relatório as atividades desenvolvidas pela AS-PTA no último ano de exercício do Plano Trienal 2002-2004, esta Introdução pretende delinear alguns dos principais elementos de uma síntese avaliativa do conjunto do período.

As questões aqui consideradas, ao mesmo tempo em que se destinam a subsidiar a formulação do Plano Trienal 2005-07, permitirão situar o desempenho da AS-PTA em 2004 simultaneamente, como um “ponto de chegada” e um “ponto de partida” para novos desafios.

2. Após o período Trienal 1999-2001 marcado pelo esforço de sistematização dos acúmulos institucionais, o triênio 2002-2004 teve como principal traço característico uma postura fortemente extrovertida da AS-PTA. Esse movimento “para fora” mobilizou o conjunto da entidade no apoio à constituição da Articulação Nacional da Agroecologia (ANA), um novo espaço de ação em rede responsável pela reconfiguração e requalificação do movimento agroecológico brasileiro. Manifestou-se também, embora de forma diferenciada entre eles, no aumento considerável das escalas social e geográfica de alcance dos efeitos dos Programas Locais.

A obtenção desses avanços significativos no período é o resultado do enfoque estratégico adotado desde 1993 que combina duas dimensões da intervenção institucional:

- a) As ações de âmbito local vocacionadas para o desenvolvimento de referências metodológicas passíveis de generalização em programas de desenvolvimento rural;
 - b) A ação no plano nacional, orientada para o fortalecimento de redes de organizações da sociedade civil como instâncias de interlocução junto aos poderes públicos na proposição, negociação e defesa de um projeto de transformação do mundo rural pela via do fortalecimento da agricultura familiar e da agroecologia.
3. Ao inaugurar uma nova fase de relação entre o micro e o macro voltada para uma projeção externa mais incisiva de seus acúmulos teóricos e práticos, a AS-PTA incorporou em seu universo de relações institucionais um leque de organizações do campo agroecológico mais amplo do que aquele que gravitava em torno às entidades integrantes da Rede PTA. Essa ampliação de relações foi assentada em uma nova concepção político-organizativa defendida pela entidade para a configuração das articulações do movimento agroecológico no país. Ao invés de uma rede fechada, composta exclusivamente por ONGs, essa concepção postula a conformação de um “campo de articulações” caracterizado por ações em rede institucional e geograficamente abertas.

Ao defender tal reconfiguração como um primeiro eixo de suas proposições para o triênio, a AS-PTA apostou na necessidade do estabelecimento de um processo de articulação nacional que simultaneamente fosse capaz de valorizar e tirar partido da diversidade das dinâmicas sociais de inovação agroecológica dispersas pelo país e que favorecesse a expressão unitária do “movimento agroecológico” no plano nacional.

A realização do Encontro Nacional de Agroecologia (ENA), em 2002, e, na seqüência, a constituição da Articulação Nacional de Agroecologia (ANA), fazendo convergir os movimentos sociais mais expressivos do mundo rural brasileiro, mostrou que a centralidade do debate sobre a construção de um projeto popular para a agricultura vem se deslocando progressivamente da problemática dos modelos de desenvolvimento e mesmo a opção pela agroecologia para um outro ponto de ancoragem, relacionado aos enfoques metodológicos e concepções políticas que estão presentes nas experiências e que expressam na prática o enfoque agroecológico. Essa evolução, sem dúvida, representa um avanço significativo no que se refere à afirmação pública das propostas historicamente defendidas pela AS-PTA para o mundo rural brasileiro.

4. O segundo eixo da proposição da AS-PTA para o triênio foi o aumento de escala social e geográfica dos Programas Locais. O enfoque sobre o qual a entidade fundamenta essa proposta está relacionado ao fortalecimento das capacidades de leitura da realidade e de formulação e gestão de projetos próprios de desenvolvimento local por parte das organizações da agricultura familiar parceiras. Para tanto, segue implementando e aprimorando sua abordagem metodológica orientada à constituição de redes de agricultores-experimentadores destinadas a valorizar os acúmulos técnicos, sócio-organizativos e políticos gerados de forma descentralizada nas comunidades e municípios em que atua. Ao mesmo tempo em que essas experiências se enraízam e interagem localmente através dessas redes, subsidiam a formulação de propostas mais amplas de políticas pelas organizações locais nos diferentes espaços em que são discutidas e decididas as orientações da política pública.
5. Ao dar visibilidade às experiências, o enfoque centrado nas redes vem permitindo também que seus principais condutores, os agricultores, agricultoras e suas organizações, passem a exercer papéis crescentes na construção das articulações do campo agroecológico. Além disso, o foco nas práticas sociais inovadoras tem proporcionado a possibilidade de construção coletiva de sínteses da grande diversidade de expressões políticas, sociais e institucionais contida no movimento agroecológico brasileiro. Por se fundamentar nas práticas das organizações, as reflexões em rede vêm conseguindo, em certa medida, escapar das aderências ideológicas e idiossincrasias conceituais que em geral colocam obstáculos ao processo de construção de identidades coletivas no contexto de um universo social e político tão plural como o dos movimentos sociais no campo brasileiro. Do ponto de vista estratégico, a construção dessas identidades é uma condição insubstituível para o alcance de maior coesão sócio-política da sociedade civil organizada no nível nacional em torno a um projeto de transformação do campo brasileiro. Este é o grande desafio que está sendo enfrentado pela ANA.

6. As experiências dos programas locais da AS-PTA no curso do Trienal evidenciam a importância do desenvolvimento dessas capacidades nas organizações da agricultura familiar como condição para que elas assumam o papel de mediação sócio-política das redes locais, proporcionando sustentabilidade institucional ao aumento de escala das dinâmicas sociais de promoção da agroecologia. No caso do Programa de Desenvolvimento Local do Agreste da Paraíba, este fato esteve associado ao fortalecimento institucional do Pólo Sindical e das Organizações da Agricultura Familiar da Borborema que se manifestou, em particular, no desenvolvimento de mecanismos autônomos de gestão capazes de responder às complexas exigências do aumento de escala, no plano da coesão entre os movimentos locais, da negociação de conflitos, da formação de recursos humanos e da mobilização e administração de recursos públicos.
7. Por outro lado, a AS-PTA vivenciou uma experiência contrastante na relação com seus parceiros no âmbito do Programa Local do Centro-sul do Paraná, com fortes repercussões na gestão institucional. Essa situação motivou, inclusive, o afastamento do coordenador do Programa pela direção da AS-PTA, no mês de dezembro.

Após longo período de discussão interna, clarificaram-se e se acirraram divergências antagônicas de concepção entre a antiga coordenação local e a direção da instituição quanto aos métodos de gestão do programa e das relações com as organizações e movimentos locais da agricultura familiar.

Três fatores principais estiveram na raiz dessas divergências. Do ponto de vista interno, o crescente descomprometimento do antigo coordenador com os processos institucionais de planejamento, monitoramento e avaliação. Colocando-se à margem dos mecanismos institucionais de construção da coesão política e de auto-regulação programática da entidade, o ex-coordenador acabou por criar um ambiente autárquico de gestão, marcado pela personalização e pela ausência de regulação coletiva. Esse mesmo padrão de centralização decisória expressou-se também nas relações com os parceiros locais da AS-PTA, comprometendo os processos de construção institucional deles como atores sociais coletivos e autônomos. De um lado, a progressiva desconsideração da prioridade atribuída pela entidade às ações no nível comunitário passou a minar a trajetória evolutiva do Programa, fundada, desde sua origem, no objetivo de construir e renovar capacidades das organizações locais para formularem, defenderem e executarem autonomamente projetos próprios de desenvolvimento rural. De outro lado, foram introduzidas nas relações de parceria com as organizações dos agricultores e agricultoras um conjunto de procedimentos incompatíveis com os objetivos estratégicos da entidade de promover a autonomia dos processos locais e das instituições da agricultura familiar.

A deturpação da natureza dessas relações associou-se também ao estabelecimento de relações individualizadas, sem regulação orgânica e de corte clientelista, gerando dependência econômica e subordinação intelectual e política para com a entidade, personalizadas na figura do ex-coordenador. Esse padrão de relações, ao mesmo tempo em que resultou na fragilização das organizações dos agricultores e de sua capacidade de articulação

regional autônoma, contribuiu para o progressivo descolamento de lideranças em relação às ações no nível comunitário. O afastamento do ex-coordenador marcou o início da reversão desse processo. Ao final do exercício, a direção executiva da AS-PTA assumiu emergencialmente a coordenação do Programa Local, propondo-se a duas tarefas imediatas. Em primeiro lugar, reestruturar a equipe local da entidade e estabelecer novos padrões de gestão interna, tanto na dimensão programática como administrativa. Em segundo lugar, repactuar as parcerias com as organizações formais e informais da agricultura familiar, desde o nível comunitário às suas formas de expressão regional, redefinindo os conteúdos e as modalidades de apoio às dinâmicas locais e regionais de inovação agroecológica. Na base da reorientação do conjunto do trabalho, o restabelecimento de vínculos orgânicos, transparentes e horizontais, com os parceiros sociais enraizados nas comunidades rurais da região, de onde as diferentes formas organizativas e a própria ação da AS-PTA devem retirar sua legitimidade.

8. Ao inaugurar nos últimos três anos uma nova fase de intervenção estratégica em maiores escalas, a AS-PTA se colocou frente a novos desafios relacionados ao desenvolvimento institucional. Ampliando as escalas de atuação em rede nos âmbitos local e nacional e procurando estabelecer pontes entre essas duas escalas de intervenção, a entidade avançou no cumprimento de seus objetivos de longo prazo. Por outro lado, passou a se confrontar com o crescente desequilíbrio entre suas capacidades institucionais e a multiplicação e complexificação de suas atividades.

Esse desequilíbrio se vê acentuado pelo aumento crescente das demandas de assessoria e cooperação, tanto por parte de movimentos nacionais dos trabalhadores e redes do campo agroecológico quanto por organismos governamentais. Ele se manifesta de variadas formas, expressando-se, sobretudo, na redução da capacidade da instituição de refletir e sistematizar suas próprias experiências. Esse fato está fundamentalmente relacionado à dificuldade de alocação de recursos institucionais inalterados, gerando uma concorrência desorganizadora que dificulta a combinação do objetivo de preservar a qualidade e a intensidade da ação de âmbito local (prioridade dos dois planos trienais anteriores) com o de ampliar a participação da entidade nos espaços nacionais.

Esse descompasso se expressa de forma mais evidente nos dois programas transversais criados no Trienal 1999-2001 exatamente com o papel de promover sínteses das experiências institucionais e de projetá-las publicamente. Exercem, portanto, a função de promover a coesão interna da entidade e de relacionar o micro ao macro. Tendo em vista a vocação sistêmica desses programas, ao incidir sobre eles, essa disfunção irradia-se para o conjunto da instituição.

Para a AS-PTA, a persistência desse quadro pode vir a comprometer sua organicidade, a complementaridade entre os níveis micro e macro de atuação e sua capacidade de analisar e atualizar suas estratégias. A percepção desses riscos tem levado a entidade a introduzir ajustes funcionais que procuram responder à seguinte questão: como intensificar a promoção da agroecologia através da disseminação de experiências e do fortalecimento político do campo agroecológico sem que isso implique para a entidade um

aumento correspondente dos recursos humanos e financeiros que emprega em seus programas?

Dada a dimensão maiúscula deste desafio frente à especificidade da missão a que se propõe, cabe à AS-PTA identificar e atuar sobre aquelas questões de alto poder catalisador de processos sociais de promoção da agroecologia. Isso implica reiterar a idéia de que a estratégia da entidade está voltada para valorizar os acúmulos de seus Programas na constituição de redes locais de experimentação agroecológica que se interconectam através de diferentes circuitos em escalas sociais e geográficas crescentes. Algumas iniciativas exercitadas no Trienal iniciado em 2002 e reiteradas em 2004 vão nesse sentido, notadamente o esforço institucional pela consolidação da ANA como rede nacional, bem como o reconceituação e o redimensionamento do Centro de Informações da entidade.

9. Embora ainda operando em um âmbito social e geográfico reduzido, quando relacionado à abrangência alcançada pelos Programas de Desenvolvimento Local, o Projeto de Agricultura Urbana no Rio de Janeiro também logrou um aumento de escala considerável, particularmente em 2004. Por meio da regionalização da intervenção do Projeto, foi possível estabelecer relações com 17 comunidades da Zona Oeste da cidade, em contraposição às relações exclusivas com famílias de três comunidades ao início do período. Além do fortalecimento e requalificação da parceria com a Pastoral da Criança, esse resultado esteve fundamentalmente associado a um salto de qualidade tanto no plano da abordagem metodológica quanto do enfoque conceitual adotado para a intervenção junto a comunidades urbanas na temática da produção agrícola para auto-consumo.
10. No âmbito dos programas locais, a AS-PTA deu continuidade ao esforço para a incorporação do enfoque de gênero a seus métodos de intervenção. Ações no sentido de estimular a emergência e o fortalecimento de espaços organizativos de mulheres agricultoras têm sido desencadeadas pelas organizações da agricultura familiar parceiras da AS-PTA em seus Programas Locais. Além de ser um imperativo ético, à medida em que os valores que informam os processos de convivência social e de relação com o meio ambiente vão sendo alterados positivamente com a emancipação das mulheres em relação à dominação masculina, a construção da equidade entre gêneros vai se evidenciando para as organizações parceiras da AS-PTA como condição essencial para a promoção da sustentabilidade socioambiental.
11. Outra dimensão explorada no período está relacionada ao desafio de incluir as famílias mais pobres dos universos sociais com os quais a entidade se relaciona nas dinâmicas de inovação agroecológica. Sendo submetidas a toda sorte de privações materiais e imateriais, essas famílias são as que encontram os maiores obstáculos à participação nas redes de agricultores-experimentadores que vêm sendo estabelecidas com o apoio dos Programas Locais e do Projeto de Agricultura Urbana.
12. Embora o acesso aos mercados pela agricultura familiar constitua uma dimensão estratégica para a viabilização das propostas de longo prazo da AS-PTA, até o último Trienal o tema não havia sido trabalhado de forma

sistemática pela instituição. Nos últimos três anos, a partir dos Programas de Desenvolvimento Local, a entidade incorporou definitivamente a temática como um dos eixos estratégicos mobilizadores das dinâmicas sociais de experimentação. Abordando a problemática, sobretudo a partir da inserção da produção agroecológica nos mercados locais e regionais, os Programas Locais vêm experimentando diversificadas estratégias para criar capacidades próprias de gestão coletiva dos procedimentos pós-colheita nas organizações da agricultura familiar parceiras.

13. Ao longo de sua trajetória e particularmente nos últimos 3 anos, a AS-PTA tem estado sistematicamente presente em grande variedade de espaços formais de debate e de decisão sobre as orientações de políticas públicas incidentes nos rumos do desenvolvimento rural, em geral, e da agricultura familiar, em particular. Essa participação tem se caracterizado pela capacidade da instituição de traduzir em propostas de políticas os ensinamentos sistematizados a partir de sua inserção em processos locais de desenvolvimento.

O esforço de participação nesses espaços vem sendo recompensado pela real influência que a entidade vem exercendo na orientação das agendas e nos conteúdos dos debates travados sobre temas tais como crédito, desenvolvimento territorial, assistência técnica e extensão rural, pesquisa agrícola, política de sementes e política de biossegurança. Ao mesmo tempo, a AS-PTA tem se empenhado em associar essa participação ao fortalecimento da densidade política da ação concertada das organizações da sociedade civil por meio da Articulação Nacional de Agroecologia.

II. Programas de Desenvolvimento Local

II.1. Programa de Desenvolvimento Local do Agreste da Paraíba

O Programa de Desenvolvimento Local do Agreste Paraibano da AS-PTA e seus parceiros teve como principal desafio em 2004 dar continuidade e aprofundar o processo social de irradiação das experiências de promoção da agroecologia na área de atuação do Pólo Sindical da Borborema, visando promover o aumento das escalas social e geográfica de suas ações.

O Pólo Sindical e das Organizações da Agricultura Familiar da Borborema, principal parceiro do Programa da AS-PTA, jogou um papel primordial nesse processo de aumento de escala ao fomentar as dinâmicas inovadoras em 16 municípios do Agreste, que vêm se processando através da constituição de redes comunitárias, municipais e regionais de agricultores(as)-experimntadores que se interconectam para produzir sínteses de aprendizado técnico e metodológico e de projeção política do processo regional.

Simultaneamente a essa expansão do Programa Local, a AS-PTA, em conjunto com o Pólo, empenhou-se na intensificação de relações de intercâmbio com

outras dinâmicas de inovação presentes em outras regiões semi-áridas do estado da Paraíba e nos outros 10 estados do semi-árido brasileiro.

Na esfera estadual, essas relações vêm sendo tecidas por dentro da Articulação do Semi-Árido Paraibano (ASA-PB) e, na esfera regional, pela Articulação do Semi-Árido Brasileiro (ASA-Brasil). Em conjunto com a ASA-PB, foram realizados três Encontros Paraibanos de Agroecologia (EPAs) e um Encontro da ASA-Brasil (Enconasa). Ao exercerem grande influência na concepção metodológica desses eventos, a AS-PTA e o Pólo vêm procurando reproduzir junto a essas redes mais amplas a bem sucedida abordagem metodológica empregada no Agreste da Paraíba. Assim, com a presença marcante de agricultores e agricultoras portadores de experiências, esses eventos vêm, pouco-a-pouco, reafirmando a importância do aprendizado mútuo com base na interatividade entre dinâmicas locais de inovação agroecológica.

Com base nessa concepção metodológica e de ação política, as organizações da sociedade civil vinculadas ao Pólo da Borborema e à ASA-PB lograram nesse período resultados expressivos no que toca à implementação, pelo governo do estado da Paraíba, de políticas públicas inovadoras nos campos do abastecimento de sementes e de água para a agricultura familiar. Essas articulações vêm igualmente exercendo crescente influência nas políticas implementadas pelo governo federal, notadamente em ações vinculadas ao Programa Fome Zero, como o Programa de Compra Antecipada de Alimentos, da Companhia Nacional de Abastecimento e no Programa de Formação e Mobilização Social para Convivência com o Semi-árido – P1MC.

Apontamos os seguintes indicadores para as principais linhas de atuação desenvolvidas pelo Programa de Desenvolvimento Local do Agreste paraibano:

- O Programa de formação técnica em agroecologia e desenvolvimento sustentável no ano de 2004 envolveu 3.600 agricultores e agricultoras familiares vinculados ao Pólo da Borborema e à Articulação do Semi-árido Paraibano, através de 63 eventos de formação e de experimentação.
- O processo de experimentação participativa para a transição agroecológica dos agroecossistemas mobilizou 5.000 agricultores e agricultoras nos bancos de sementes comunitários, fundos rotativos solidários de cisternas, na fabricação e distribuição de multimistura e remédios caseiros, na arborização das propriedades, na melhoria dos sistemas de criação animal e na comercialização de produtos agroecológicos.
- O Programa de Comunicação Social, no período em questão, apoiou a elaboração de diversos materiais de comunicação para favorecer os intercâmbios de “agricultor a agricultor” e ainda uma série de ações para a divulgação das experiências agroecológicas. Os boletins informativos das experiências familiares (14 novos títulos e 30 reproduções em 2004) têm sido um instrumento potente de disseminação das inovações. Da mesma forma, os vídeos (4 novos produtos em 2004 e 12 reproduções), peças de teatro, o calendário 2005 e, sobretudo, as visitas entre famílias têm dinamizado e continuaram funcionando como alimentadores eficazes de redes locais de aprendizado mútuo.

- Uma série de atividades importantes teve destaque neste ano de 2004: o início do Diagnóstico dos Sistemas Agrícolas Regionais, promovido pelo Pólo da Borborema com o apoio da AS-PTA; a comemoração do Dia Mundial da Água, que mobilizou de todo o estado da Paraíba mais de 800 agricultores; a visita da direção nacional da Conab à Paraíba para reforçar a parceria com a ASA-Pb; a sistematização da experiência e edição do vídeo “Ao redor de casa: experiências de saúde e alimentação do Pólo da Borborema”; o estudo sobre as estratégias e práticas das famílias de agricultores para a inserção nos mercados e o papel das feiras locais; o III Encontro Paraibano de Agroecologia, promovido pela ASA-Pb, que tratou da questão agrária com a participação de 250 pessoas, entre assessores e agricultores(as) experimentadores(as) de todo o estado; a realização do V ENCONASA, no Piauí, que manteve o mesmo enfoque metodológico ocorrido na Paraíba e a visita do Ministro Patrus Ananias, do Desenvolvimento Social, à experiência da ASA-PB, em Soledade.

Esse conjunto de atividades tem incidido positivamente na qualidade de vida das famílias agricultoras, ao incrementar a sustentabilidade das propriedades familiares e das comunidades, em particular no que toca à segurança alimentar e hídrica, à saúde e aos padrões de renda das famílias. Esses avanços se expressam em alguns indicadores, dentre os quais destacam-se:

- O estímulo à diversificação de cultivos (inhame, amendoim, gergelim, fruteiras diversas, mandioca), a intensificação do plantio e uso de essências medicinais e a constituição/valorização de espaços próprios a seu estabelecimento nas propriedades (quintais domésticos, barragens subterrâneas, vazantes) têm se traduzido no enriquecimento da dieta alimentar e no aumento da oferta de alimentos e de fitoterápicos para o consumo familiar. O programa saúde e alimentação (intensificação da produção alimentar e de medicinais) beneficia atualmente 500 famílias distribuídas em 7 municípios do Pólo Sindical da Borborema.
- A construção de cisternas de placas tem permitido às famílias enfrentarem com sucesso a crônica situação de insuficiência quantitativa e qualitativa da oferta de água. As cisternas propiciam o armazenamento de água de qualidade, de forma descentralizada, em quantidade suficiente para o consumo familiar (beber e cozinhar) durante o ano. Em 2004, foram construídas 835 cisternas, por meio de 42 fundos rotativos solidários, beneficiando 835 famílias, alcançado um total de 2.690 famílias beneficiadas com cisternas.
- Deficiências de nutrição infantil, de mães gestantes e lactantes têm sido enfrentadas através da produção e distribuição de complemento alimentar (“multimistura”). O Programa tem estimulado anualmente a produção e uso de mais de uma tonelada do produto, beneficiando, em 2004, mais 580 crianças e gestantes, perfazendo um total de 1.080 beneficiários.

As inovações promovidas têm igualmente fortalecido e aperfeiçoado as estratégias tradicionais de convivência com o ambiente semi-árido, conferindo aos sistemas agrícolas familiares melhores condições para atravessar o período seco anual (maior estabilidade), como também para absorver as perturbações graves produzidas periodicamente pelas secas (maior resistência). Dentre as práticas

inovadoras mais importantes amplamente incorporadas e/ou aperfeiçoadas pelas famílias e comunidades, podem-se citar:

- A estocagem e a conservação de sementes (fortalecimento dos estoques familiares, bancos de sementes comunitários). Na área de atuação do Programa foram implantados, em 2004, 09 bancos de sementes, beneficiando 60 famílias com sementes de boa qualidade e com garantia de tê-las na hora do plantio. Ao mesmo tempo, foi mantida a assessoria técnica e à gestão dos 80 bancos já existentes (3.000 famílias beneficiadas), tendo sido plantados 29.200 Kg de sementes de 16 variedades locais.
- O resgate, conservação e melhoramento de variedades de cultivos agrícolas adaptados localmente. Como exemplo: 100 diferentes variedades de feijão, fava e milho foram resgatadas e tiveram seu uso intensificado pelas famílias, 20 variedades locais de sementes foram avaliadas e multiplicadas para ampla utilização e, 16 variedades de mandioca foram resgatadas e valorizadas pelos agricultores familiares em parceria com a EMBRAPA Mandioca – Cruz das Almas/BA.
- Práticas de estocagem e conservação de água para consumo humano, animal e agrícola: além da introdução das 835 cisternas de placas, foi realizada a construção e melhoramento de 10 infra-estruturas hídricas, como tanques de pedra, barragens subterrâneas, mandalas, etc.
- Práticas de constituição de reservas de forragem com o cultivo de cactáceas e arbóreas nativas e exóticas e estocagem de 650 toneladas de forragem para os rebanhos (silagem, fenação); resgate e valorização de raças dos rebanhos da região; identificação de práticas de prevenção e cura de doenças dos animais. Em 2004, 35 famílias criadoras foram beneficiadas em 69 comunidades.
- Estímulo à rearborização das propriedades familiares, com o plantio de espécies que cumprem múltiplas funções nos sistemas produtivos (alimentação humana, forragem, quebra-vento, cercas vivas, lenha, etc.). Em 2004, foram produzidas e distribuídos 20 mil mudas de 25 espécies de árvores, sendo parte significativa produzida em 16 viveiros comunitários e familiares em 7 municípios do Pólo Sindical.

As inovações que vêm paulatinamente sendo incorporadas aos agroecossistemas familiares têm gerado efeitos positivos na renda das famílias. Os estudos de monitoramento dos impactos econômicos realizados no período evidenciam a ocorrência desses efeitos em dois níveis:

- O aumento da capacidade das unidades familiares para otimizarem o uso dos recursos existentes na propriedade, produzindo seus próprios insumos e diminuindo os custos com a compra de produtos externos – seja a provisão de alimentos, água, medicamentos e lenha para atender as necessidades da família, seja a produção de insumos para utilização na produção (sementes, forragem, estacas, esterco, defensivos naturais, etc.). A otimização do uso dos recursos se traduz em intensificação produtiva, do que resulta maior capacidade de ocupação econômica da mão de obra

familiar e dos geralmente limitados espaços agricultáveis disponíveis nas propriedades.

- Uma maior e mais diversificada oferta de produtos para o mercado, repercutindo no aumento da receita monetária. Além de resultar, como já assinalado, no aumento dos níveis de produtividade e da estabilidade produtiva dos sistemas, essa maior oferta se vincula também à diversificação produtiva e à oferta de produtos com bom potencial de mercado (por exemplo, o amendoim, o inhame, as estacas de sabiá, sementes de árvores para reflorestamento etc.).

Ao enfrentamento das questões concretas vivenciadas pelas famílias agricultoras em suas propriedades, vinculam-se processos de formulação de propostas de políticas públicas orientadas para disseminar as alternativas testadas e aprovadas localmente. Essa combinação entre experimentação local e a mobilização das forças sociais politicamente ativas permite que a ação política das organizações da agricultura familiar se processe “por dentro” das dinâmicas sociais locais, mobilizando desde agricultores e agricultoras da base das organizações de representação (sindicatos, associações etc) até as lideranças locais/regionais. Essa abordagem para a construção de capacidades políticas vem permitindo a agregação dos atores sociais dispersos nas dinâmicas descentralizadas de inovação, favorecendo a organização de expressões coletivas em torno à construção de projetos próprios para o desenvolvimento local. Com base nessa concepção de ação política, as organizações da sociedade civil vinculadas ao Pólo da Borborema e à ASA-PB lograram resultados expressivos no que toca à implementação, pelo Governo do estado da Paraíba e governo federal, de políticas públicas inovadoras nos campos do abastecimento de sementes e de água para a agricultura familiar.

Como exemplo, a iniciativa das Compras Antecipadas de Produção, política negociada com a Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) que, ao associar garantia de compra e de preços e a constituição de estoques de segurança alimentar e de sementes, aponta caminhos para a implementação de políticas inovadoras específicas de curto prazo (mas com impactos positivos de amplo espectro nos sistemas produtivos), e que são percebidas como positivas e economicamente viáveis pelas famílias agricultoras, gerando nelas alto nível de interesse e participação. Em 2004, 815 famílias acessaram o Programa de Compras Antecipadas, perfazendo um total de vendas de R\$ 800.000,00.

A melhoria do acesso da agricultura familiar aos mercados foi outro tema abordado durante o ano de 2004. Não dispondo de recursos para o transporte próprio e de seus produtos, as famílias estão freqüentemente ausentes das feiras urbanas locais e se vêem forçadas a vender suas produções e a se abastecer a condições desfavoráveis, sujeitando-se aos preços dos “bodegueiros” e de atravessadores locais. Outro lado do problema é a tendência à especialização dos mercados através de cadeias verticais, com forte incidência negativa sobre a sustentabilidade econômica e técnica dos sistemas familiares de produção.

O aumento expressivo do número de famílias produtoras de alimentos ecológicos gerou novas oportunidades de inserção da agricultura familiar nos mercados. Em 2004, foram inauguradas algumas feiras municipais e consolidada a feira regional em Campina Grande. Estas feiras são exclusivamente dedicadas à

comercialização realizada pelos produtores ecológicos vinculados a organizações do Pólo. Para subsidiar o debate do Pólo na elaboração de suas futuras estratégias em torno a essa temática, foi conduzido um estudo específico sobre os canais de comercialização tradicionalmente adotados na região, dando-se especial destaque ao papel das feiras como espaços de realização econômica da produção da agricultura familiar.

As ações de desenvolvimento em curso na região ganharam a partir de 2004 um novo contexto nas relações com o poder político local. Em primeiro lugar, pela introdução de um instrumento de política do governo federal que adota a ação territorial como unidade de implementação de políticas. Em 2004, o Pólo da Borborema conseguiu visibilizar no espaço do chamado Território da Borborema, suas experiências e acúmulos, abrindo um novo canal de diálogo dos sindicatos de trabalhadores rurais com prefeituras e instituições públicas de desenvolvimento como Emater, Incra, Banco do Nordeste e outras.

Como resultado, podemos citar as propostas de apoio às experiências e fortalecimento das dinâmicas em curso. Por um lado, o apoio à rede de viveiros comunitários e municipais por meio da ampliação do viveiro de mudas regional do Pólo Sindical e o fortalecimento da rede de bancos de sementes do Pólo Sindical, através da construção e implantação do Banco de Sementes Mãe do Pólo Sindical da Borborema.

O aumento de escala experimentado cobrou do Programa grande dedicação no campo do apoio ao fortalecimento institucional das organizações da agricultura familiar. Ou seja, o Pólo cresceu em tamanho (passando de 7 para 16 municípios) e em número de organizações. Hoje, nesses 16 municípios, fazem parte do agora Pólo Sindical e das Organizações da Agricultura Familiar da Borborema catequeses, associações comunitárias e grupos informais, além dos sindicatos de trabalhadores rurais.

Com efeito, na medida em que conta com as capacidades de mobilização e gestão de recursos próprios de famílias e organizações, a concepção de aumento de escala adotada exige uma nova institucionalidade ainda não vivenciada pelas organizações locais. Apontado como uma grande evolução no ano, o fortalecimento institucional do Pólo da Borborema permitiu a elaboração do seu estatuto, a estruturação de uma sede própria no município de Esperança, a constituição de uma equipe de trabalho com pessoal administrativo e técnico e a sua efetivação como unidade gestora do Programa Um Milhão de Cisternas na região.

O fortalecimento institucional do Pólo Sindical e das Organizações da Agricultura Familiar da Borborema se manifestou, em particular, no desenvolvimento de mecanismos autônomos de gestão capazes de responder às complexas exigências do aumento de escala, no plano da coesão entre os movimentos locais, da negociação de conflitos, da formação de recursos humanos e da mobilização e administração de recursos públicos. O aprimoramento dessas capacidades do Pólo e das organizações a ele vinculadas para gerirem política, administrativa e financeiramente programas de desenvolvimento local apresenta-se como um desafio a ser enfrentado no próximo ano.

A continuidade e ampliação da política de parcerias com universidades e centros de pesquisa foi outro elemento importante para a viabilização do método empregado. Por intermédio dessas parceiras têm-se criado pontes entre conhecimentos acadêmicos e conhecimentos populares. Nesse período a AS-PTA estabeleceu, em conjunto com o Pólo, parcerias com diversas instituições acadêmicas, dentre as quais: a Universidade Federal da Paraíba, a Universidade Federal de Pernambuco, a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária e o Centro de Cooperação Internacional de Pesquisa Agrônômica para o Desenvolvimento – França.

Cabe assinalar a importância estratégica que têm assumido os processos locais de disseminação das inovações por meio dos fundos rotativos solidários – FRS. Esses fundos são um sistema alternativo de financiamento gerido por grupos informais e associações comunitárias. Ao invés do financiamento direto à família, os doadores dos recursos financeiros que compõem o FRS apoiam grupos de famílias que se responsabilizam solidariamente pela gestão do capital. O caráter rotativo dos fundos refere-se ao sistema de financiamento em cadeia estabelecido pelos grupos, onde cada família integrante se beneficia diretamente dos recursos provenientes do ressarcimento do crédito tomado por outra família. Essa forma de crédito tem constituído uma ferramenta importante para o fortalecimento das organizações comunitárias. É uma proposta que vem incentivando e estimulando as diversas formas de economia solidária trabalhada pelas comunidades e tem como principal elemento resgatar e estimular os laços de solidariedade entre as famílias como forma de resistência aos problemas do semi-árido.

Esse modelo de crédito solidário trás autonomia para as famílias na medida em que os recursos públicos utilizados e gerenciados por elas são multiplicados na comunidade, dando oportunidade para os agricultores e agricultoras inovarem os sistemas de produção de sua propriedade. Ao mesmo tempo, as famílias se capacitam na gestão de recursos públicos e na elaboração de propostas técnicas e organizativas. Essa forma de gestão comunitária vem ajudando as famílias a se contrapor aos modelos de financiamento verticalistas e “pateurizados” das políticas públicas governamentais. Neste sentido, podemos citar, como exemplo, o Cooperar (programa estadual de combate à pobreza rural) que, ao rever seus procedimentos anteriores, atribui atualmente às famílias o direito de definir o plano de aplicação dos recursos.

Foi dada continuidade ao esforço já iniciado pela AS-PTA para a incorporação do enfoque de gênero nos seus métodos de intervenção. No enfoque empregado, procura-se incorporar explicitamente essa dimensão com o intuito de propiciar maior participação das mulheres nas dinâmicas sociais em curso e, através disto, uma maior equidade e sustentação sócio-política do processo de construção e promoção de um modelo alternativo de desenvolvimento. A valorização do papel das mulheres, tanto do ponto de vista da sua contribuição econômica na família, como o seu papel nos espaços públicos (nos STR's, na Catequese Familiar, nas associações, etc.) tem se dado tanto por meio da incorporação de um enfoque metodológico que estimula dinâmicas que integram a dimensão de gênero nos processos locais de experimentação, como pela incorporação de temas de trabalho de interesse específico (como, por exemplo, as plantas medicinais ou ainda a água para o consumo da casa). Esse esforço foi acompanhado por uma série de sistematizações de casos fundados em histórias individuais e coletivas de mulheres que, ao estarem inseridas em dinâmicas de inovação agroecológica,

favorecem o equilíbrio das relações de poder decisório entre gêneros, tanto no âmbito do núcleo familiar quanto no da esfera pública.

Numa outra dimensão do enfoque metodológico, a inclusão social das famílias mais pobres do agreste da Paraíba vem se dando paulatinamente na medida que passam a se envolver em atividades que trazem segurança alimentar, segurança hídrica, saúde para a família. Para entender melhor a natureza e a expressão cotidiana dos obstáculos interpostos ao processo de inclusão, bem como para traçar estratégias específicas para superá-los, a AS-PTA realizou um diagnóstico e inaugurou um debate específico a respeito da problemática junto às organizações que integram o Pólo Sindical da Borborema. As 580 crianças e gestantes que receberam a multimistura em 2004 são um exemplo significativo dessa inclusão. A descentralização da produção desse complemento alimentar tem ajudado as famílias a melhorarem a qualidade da alimentação e da prevenção de doenças comuns à região, a desnutrição, etc. Isso se deve ao fato de que ao juntar-se para produzir a multimistura, as mulheres passaram a discutir sobre outros temas como alimentação alternativa, remédios caseiros, dentre outros, possibilitando um maior conhecimento sobre o tema e ao mesmo tempo trocando experiências.

II.2. Programa de Desenvolvimento Local do Centro-sul do Paraná

Constituído em 1993, o Programa Local alcançou, ao longo de 10 anos, em parceria com as organizações regionais de agricultura familiar, fecundar um amplo processo de experimentação social nos campos técnico e sócio-organizativo. Nos últimos dois anos e, marcadamente, em 2004, a prevalência de concepções verticalistas e disfunções metodológicas e político-organizativas cristalizadas na coordenação local da AS-PTA, como já assinalado, associaram-se a um progressivo enfraquecimento da capacidade de articulação e expressão coletiva das organizações dos agricultores. Essa evolução se traduziu numa acelerada perda de dinamismo dos processos de promoção da inovação agroecológica, principalmente no nível comunitário.

A construção de novas capacidades e de novas institucionalidades voltadas para a revitalização e a expansão desses processos locais de inovação técnica e sócio-organizativa apresenta-se hoje como o principal desafio colocado à ação da AS-PTA e de seus parceiros no centro-sul do Paraná. O enfrentamento e a superação desse desafio está inscrito como prioridade para o Programa Local desde o início de 2005 e ao longo do próximo triênio.

Em que pese o ritmo menos intenso e regionalmente menos articulado das atividades cumpridas, cabe destacar as seguintes evoluções em 2004:

- No plano técnico, o Programa Local manteve a assessoria a duas redes de experimentação agroecológica: a primeira, na área do manejo sustentado da biodiversidade; a segunda, do manejo ecológico dos solos.

Constituído por 120 agricultores e agricultoras de 16 municípios, com forte capilaridade e dinamismo próprio, o grupo regional dos experimentadores de agrobiodiversidade alcançou avanços na implementação do programa de

melhoramento de variedades de milho crioulo, mantido em parceria com pesquisadores da Universidade de Londrina. Seis novas variedades foram desenvolvidas e já estão sendo multiplicadas, apresentando resultados claramente positivos nos sistemas agroecológicos e de baixa utilização de insumos externos frente aos híbridos e variedades melhoradas por empresas. Ao mesmo tempo, 24 variedades selecionadas pelas famílias encontram-se em diferentes fases técnicas de melhoramento.

Tendo alcançado um alto grau de apropriação de conhecimentos sobre o manejo da agrobiodiversidade, o grupo de experimentadores postula opiniões ambivalentes sobre esse programa de melhoramento. De um lado, reconhece a eficiência técnica dos métodos de seleção recorrente utilizados; de outro, resente-se da sofisticação dos procedimentos, da alta carga de trabalho exigida e da secundarização das práticas tradicionais de melhoramento utilizadas nas comunidades. O enfrentamento dessa questão (que é uma das expressões das disfunções assinaladas) está na pauta de debate do grupo de experimentadores com a AS-PTA e os pesquisadores de Londrina.

O outro campo importante de atividades na área do manejo da agrobiodiversidade foi a continuidade da realização das feiras de sementes (3 em 2004), que se transformam progressivamente em redes sociais de resgate, troca de conhecimentos, conservação e uso dos recursos da agrobiodiversidade regional.

As atividades relacionadas ao manejo ecológico de solos serviram de base para reativar a aproximação entre a AS-PTA e o setor da pesquisa científica. Foi estabelecida uma parceria com o Iapar e a Embrapa – Agrobiologia visando ao compartilhamento de um esforço de desenvolvimento de uma metodologia de monitoramento da sustentabilidade ecológica dos sistemas familiares em transição para a agroecologia. Foi constituída coletivamente uma agenda de experimentação participativa, incorporando temas propostos pelo grupo de experimentadores a partir de suas próprias experiências e necessidades de aprofundamento. Esses temas envolvem a construção de indicadores biológicos de qualidade do solo, a adoção de pós de rocha locais nos sistemas de cultivo e o manejo de plantas espontâneas visando à eliminação do uso de herbicidas.

Nos meses de março e abril de 2004, foram instaladas as primeiras áreas de experimentação junto às famílias, distribuídas em 7 municípios. A pesquisa, que será apoiada pelo Centro Nacional de Pesquisa Científica e Tecnologia (CNPq), a partir de 2005, recoloca nas pautas de trabalho no centro-sul do Paraná o desafio de mediar e facilitar a construção de relações de produção e gestão de conhecimento entre a pesquisa acadêmica e as famílias agricultoras nas comunidades.

- No plano sócio-político, a AS-PTA colaborou ativamente para a realização de 3 eventos. Na escala regional, a terceira Jornada Paranaense de Agroecologia, sob o tema “Terra livre de transgênicos e agrotóxicos” e a 17^a. Romaria da Terra do Paraná, com a participação de aproximadamente 30.000 pessoas em torno do tema “Creio na semente: promessa de Deus e patrimônio da gente”.

Na escala nacional, a entidade em parceria com o grupo de experimentadores de agrobiodiversidade participou da organização e da realização da Feira Nacional do Milho Crioulo. 350 agricultores e agricultoras da região centro-sul expuseram uma grande variedade de sementes crioulas e apresentaram suas experiências no evento, que teve a participação de mais de 10.000 pessoas.

III. Projeto de Agricultura Urbana no município do Rio de Janeiro

O Projeto de Agricultura Urbana foi iniciado em outubro de 1999 no bairro de Campo Grande, região predominantemente ocupada por loteamentos irregulares e comunidades pobres, com elevados índices de violência e estrutura urbanística precária no que diz respeito a saneamento, lazer, educação, emprego e renda. Os três anos permitiram o estabelecimento institucional na região, com a definição de hipóteses e de 3 comunidades para o desenvolvimento inicial do trabalho: Loteamento Ana Gonzaga, Vilar Carioca e Vila Esperança. Foram anos importantes também para o reconhecimento mútuo entre a equipe da AS-PTA e organizações comunitárias, representantes locais de organismos governamentais (secretarias municipais de assistência social, habitação e educação). Neste período, foi dado início à fecunda parceria com a Pastoral da Criança, nos níveis nacional e local, visando ao amadurecimento de uma proposta para a incorporação da produção para auto-consumo nas ações programáticas da Pastoral em zonas metropolitanas do País.

Em 2004, o Projeto incorporou o objetivo de aumento de escala, a partir da perspectiva de ampliação (regionalização) de suas ações a comunidades com características sócio-econômicas semelhantes àquelas onde vinham ocorrendo as ações iniciais. Foram marcantes, nesse sentido, a intensificação da parceria com a Pastoral da Criança, e a realização, em 2003, de um curso de agricultura em quintais e plantas medicinais, com financiamento do Fundo de Amparo ao Trabalhador, em parceria com a Secretaria Municipal de Trabalho e Renda do Rio de Janeiro (SMTb) e com participação de moradores(as) de diversas comunidades na região. Essas duas iniciativas colocaram a equipe de trabalho em agricultura urbana em interação com uma gama de comunidades e organizações sociais muito maior do que até então estabelecida. As iniciativas deixaram de estar centradas em três comunidades de um mesmo bairro e se estenderam para 17 comunidades, em diferentes bairros da zona oeste do município do Rio de Janeiro. De uma proposta inicialmente focada em algumas “antenas” locais e em torno de 40 famílias, o projeto passou a envolver cerca de 250 famílias que aprimoraram ou introduziram a prática de cultivo de quintais, sendo apoiado localmente nas comunidades por quase uma centena de promotores e promotoras.

Além disso, alguns processos envolvendo representantes de distintas comunidades foram deflagrados e outros continuados, como por exemplo, a participação em atividades da Rede Fitovida de saúde alternativa e reuniões mensais de trabalho com representantes da Pastoral da Criança de diversas paróquias na região.

Essa evolução trouxe uma questão que foi objeto de reflexão para a AS-PTA e seus parceiros no ano de 2004: *como regionalizar/ampliar as discussões e iniciativas do projeto sem perder de vista a construção dos ricos processos desenvolvidos localmente nas comunidades?*

Ao longo do ano, foram se estreitando laços em algumas comunidades com o desenvolvimento simultâneo de iniciativas em redes, que apóiam os processos locais através de dinâmicas “morador a morador”. Passou-se a considerar e pensar estratégias para esses dois principais âmbitos de ação do projeto. O primeiro âmbito, comunitário, refere-se às ações que são pensadas para o desenvolvimento de cada comunidade. Ao final de 2004, foram realizadas iniciativas pontuais em mais de 15 comunidades na região. O segundo âmbito, regional, refere-se às ações pensadas em conjunto para diversas comunidades, visando a apoiar localmente o desenvolvimento das práticas de agricultura urbana, por meio da constituição de redes regionais de fortalecimento temático. Está inserido aqui, além do fórum de debates com líderes da Pastoral da Criança de diferentes paróquias e o apoio às iniciativas da Rede Fitovida na região metropolitana, citados anteriormente, o Banco de Sementes Comunitário, cujo funcionamento foi iniciado em maio de 2004.

A experiência do trabalho tem possibilitado o acúmulo em algumas questões temáticas e de ordem metodológica. Vêm sendo sistematizadas e difundidas experiências, principalmente, nas áreas de plantas medicinais e do aproveitamento de espaços restritos para cultivos. Ao mesmo tempo, têm sido trabalhados aspectos de qualificação do uso dos espaços urbanos, por exemplo, com o incentivo à experimentação da adubação verde. Por outro lado, vêm sendo aprimoradas metodologias de trocas de experiências “morador a morador” por meio de visitas e encontros de formação.

Cabe ressaltar, finalmente, dois fatores locais de peso que têm afetado negativamente a implementação do projeto. O primeiro, é a pressão do tráfico de drogas e a violência daí decorrente. Há restrições de horário e locais para a circulação nos bairros, tanto da equipe de trabalho como dos próprios moradores. É necessária a adoção de certas condutas para a convivência nesse meio, tais como a não circulação com máquinas e equipamentos de filmagem e fotografia, não uso de camisas e bonés de determinadas cores, utilização preferencial de camiseta do projeto, circulação preferencial nas comunidades com acompanhamento de moradores.

Um outro elemento da mesma conjuntura local a afetar o trabalho é a presença na região de “caciques políticos”, que detêm certo domínio político, normalmente associando-se a grupos comunitários e utilizando práticas assistencialistas. Tal fato dificulta o exercício de estratégias participativas e autônomas, induzindo a população pobre à busca de alternativas assistencialistas. Em um contexto de pobreza e carência de serviços públicos, a presença desses grupos nas comunidades dificulta a mobilização social, principalmente das famílias mais pobres, que apresentam baixa auto-estima.

À medida que o projeto vai acumulando experiências, novos desafios vão surgindo. Da mesma maneira, novas hipóteses vão sendo elaboradas, à medida que as hipóteses anteriormente construídas vão sendo comprovadas ou não. Alguns dos desafios para o futuro são:

- Como alcançar as famílias mais pobres dentre as mais pobres das comunidades? Qual o papel da prática da agricultura em quintais nesses casos?
- Como intensificar a extensão da proposta às famílias que não cultivam em seus quintais? Quais as limitações a superar para que essas famílias incorporem diferentes práticas de cultivo?
- Como integrar a valorização e sistematização das experiências como ferramentas de comunicação nos processos de formação?
- Que procedimentos apropriados de monitoramento das ações do projeto poderão ser incorporados?

IV. Programas Transversais

IV.1. Programa de Desenvolvimento Metodológico

Promoção de intercâmbios metodológicos

Os esforços da AS-PTA voltados para o estabelecimento de processos continuados de aprendizado mútuo entre entidades de assessoria do campo agroecológico vem rendendo bons frutos em diferentes regiões do país. No ano de 2004, esse tipo de procedimento, baseado em intercâmbios metodológicos, teve continuidade no Nordeste, onde a AS-PTA vem mantendo ativa participação na costura de articulações entre as entidades da sociedade civil vinculadas à Articulação do Semi-Árido Brasileiro (ASA-Brasil). Pelo terceiro ano consecutivo, a entidade concebeu e coordenou um evento regional destinado a favorecer o intercâmbio e a reflexão das práticas de trabalho das entidades voltadas para a promoção da transição agroecológica. Tendo essa seqüência de eventos um caráter cumulativo, foi notável nessa última oportunidade o significativo avanço positivo do nível de reflexão e das práticas do conjunto das entidades presentes. Em especial, dá-se destaque à plena incorporação, por parte das entidades participantes, das práticas de sistematização de experiências agroecológicas destinadas a favorecer a constituição de redes locais de agricultores-experimentadores.

A internalização da concepção metodológica “de agricultor a agricultor” pelas ONGs vinculadas à ASA-Brasil, tornou-se explícita no V Encontro Nacional da ASA realizado em novembro em Teresina. À semelhança da IV edição desse evento, ocorrida em 2003 em Campina Grande, o evento de Teresina teve integrado em sua programação o II Encontro Nordestino de Agricultores-Experimentadores. Por volta de 200 agricultores e agricultoras envolvidos em dinâmicas locais de inovação agroecológica em 11 estados abrangidos pelo semi-árido brasileiro puderam nessa oportunidade intercambiar conhecimentos

adquiridos em suas práticas concretas de experimentação. Além disso, participaram de um debate específico a respeito da importância dos processos descentralizados de aprendizagem e inovação agroecológica mediados por intercâmbios entre experimentadores. Ao estimular este tipo de debate entre lideranças de agricultores, a AS-PTA tem por expectativa influenciar nas práticas de ação das próprias organizações da agricultura familiar envolvidas em programas de desenvolvimento local.

Em um nível mais avançado em termos de acúmulos no plano metodológico, as entidades vinculadas à Articulação do Semi-Árido Paraibano (ASA-PB) vêm igualmente mantendo processos sistemáticos de reflexão sobre suas práticas de trabalho, em particular naquilo que se refere à sistematização de experiências conduzidas por grupos de agricultores-experimentadores. Os Encontros Paraibanos de Agroecologia realizados anualmente desde 2003 são em essência caracterizados pelo intenso processo de intercâmbio entre grupos de experimentadores oriundos de todas as regiões do estado. A AS-PTA vem apoiando as organizações de assessoria (ONGs, Pastorais, etc) do estado no que tange ao processo metodológico de sistematização das experiências e promoção dos intercâmbios entre experimentadores e que constitui a base que dá suporte aos eventos sub-regionais e estadual de agricultores-experimentadores.

No âmbito nacional, igualmente, a AS-PTA seguiu participando de processos de debate sobre abordagens participativas para o desenvolvimento local. Junto com ONGs do Sul do Brasil articulou um evento para intercâmbio sobre referências metodológicas que deverá ocorrer no primeiro trimestre de 2005. Junto à recém criada Articulação Mineira de Agroecologia vem debatendo suas referências de trabalho e programa também para 2005 um apoio à realização de um evento voltado ao intercâmbio de experiências no plano metodológico. Junto a entidades da Amazônia articuladas com apoio do GTNA vem mantendo diálogos sobre suas referências de trabalho e programa contribuir com o evento para intercâmbio metodológico proposto para o primeiro semestre de 2005.

Convidada para se integrar aos Conselhos Assessores Externos da Embrapa nacional e de três Centros da Embrapa (Semi-Árido, Agrobiologia e Meio Ambiente), a AS-PTA vem valorizando sua inserção nesses espaços para, juntamente com outras organizações do campo popular, problematizar a organização dos sistemas de pesquisa agrícola, em particular no que se refere aos métodos adotados para o desenvolvimento tecnológico. Junto ao Conselho da Embrapa Semi-Árido foi negociada a proposta de realização conjunta (AS-PTA/Embrapa) de um seminário sobre pesquisa em agroecologia no Nordeste (a ser realizado em 2005 ou início de 2006 – como atividade preparatória do II Encontro Nacional de Agroecologia).

A AS-PTA participou do II Congresso Brasileiro de Agroecologia, realizado em Porto Alegre em novembro de 2004, quando foi criada a Associação Brasileira de Agroecologia (ABA), uma instituição nacional destinada a articular o campo acadêmico envolvido na pesquisa agroecológica. Nessa mesma ocasião, a AS-PTA, representando a Articulação Nacional de Agroecologia (ANA), realizou uma reunião com a diretoria recém eleita da ABA com o intuito dar início a um processo de aproximação entre esses dois espaços de articulação integrantes do campo agroecológico brasileiro. Para a AS-PTA a ABA se apresenta como um

interlocutor privilegiado a partir do qual poderá pautar o debate sobre as concepções e as políticas para a pesquisa em agroecologia no país.

Por convite do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST), a AS-PTA vem assessorando metodologicamente o programa nacional de sementes deste movimento, particularmente no que respeita à formação dos técnicos envolvidos na execução do mesmo. O MST sugeriu à AS-PTA uma parceria para a execução de um programa nacional continuado de formação de seus técnicos. As negociações para definir formato e conteúdos desse programa se iniciaram no segundo semestre de 2004. A proposta do movimento é executar um curso já no ano de 2005 embora reconheça que sua pesada agenda de mobilizações públicas para este ano possa comprometer sua capacidade de manter a proposta.

Informação sobre experiências em Agroecologia

Por ocasião do V Enconasa, realizado em Teresina-PI, a AS-PTA lançou o sistema “Agroecologia em Rede”, uma base de dados disponível na internet sobre experiências, pesquisas e contatos pessoais e institucionais do campo agroecológico. Embora esse sistema tenha sido concebido e articulado por ONGs do Nordeste vinculadas à ASA-Brasil, tem o potencial de funcionar como uma base nacional que permitirá dar maior visibilidade pública aos acúmulos técnicos, metodológicos do campo agroecológico e facilitar o contato direto entre atores sociais responsáveis por esses acúmulos. Por meio da ANA – Articulação Nacional de Agroecologia, a AS-PTA vem negociando a adoção desse sistema por outras redes regionais e temáticas do campo agroecológico brasileiro. Debates com o GTNA, na Amazônia, e com a AMA, em Minas Gerais, foram efetuados nesse sentido.

Sendo uma base de dados que veicula resumos de sistematizações de experiências concretas em desenvolvimento agroecológico, não terá capacidade de sustentar sem que as referidas sistematizações sejam realizadas. Nesse sentido, a entidade vem envidando esforços para articular o debate sobre o funcionamento do sistema com o debate sobre as concepções metodológicas empregadas pelas entidades de assessoria, em particular no que se refere às suas práticas de sistematização de experiências. Para o “Agroecologia em Rede”, interessa vincular prioritariamente em sua base de experiências aquelas sistematizações que foram produzidas para uso nas redes locais de agricultores-experimentadores. Não é o seu propósito ser alimentada com sistematizações produzidas única e exclusivamente para ser disponibilizada pela internet.

No âmbito da ANA a AS-PTA incentivará que o Agroecologia em Rede funcione como um espaço destinado a disponibilizar as informações sobre experiências que estarão sendo objeto de análise nos intercâmbios entre agricultores-experimentadores durante o processo preparatório do II ENA em todas as regiões do país. Para tanto, articulou a criação de um grupo de trabalho específico sobre gestão de informações no âmbito da ANA (GT-Informações). Sua proposta é que esse GT atue como um conselho nacional destinado a gerir o sistema Agroecologia em Rede.

No segundo semestre de 2004, a AS-PTA lançou a revista “Agriculturas: Experiências em Agroecologia”. A revista corresponde à edição brasileira do

periódico LEISA que tem edição global editada na Holanda pela Fundação Ileia, e versões regionais na América Latina, na África Ocidental, no Kenia, na Índia e na Indonésia. Ela tem por objetivo publicar a cada uma de suas edições trimestrais pelo menos 50% de artigos de experiências brasileiras, completando a edição com traduções de artigos publicados nas demais versões da revista. Em 2004 foram publicadas duas edições: a primeira dedicada ao tema da segurança alimentar, unicamente com experiências brasileira, e a segunda dedicada ao tema da revalorização da agrobiodiversidade. Além da edição impressa, a AS-PTA está disponibilizando a revista em formato eletrônico através de sua *home page* institucional. Sendo a revista uma parceira com a Fundação Ileia, esta organização também disponibiliza o periódico em formato eletrônico através de seu site. Até o final de 2004 a revista contava com 1000 subscritores de todas as regiões do Brasil (50% institucionais e 50% pessoais).

Experimentação e sistematização de processos metodológicos inovadores

Como parte integrante de seu esforço de dar visibilidade às suas concepções metodológicas de trabalho, a AS-PTA produziu em 2004 um vídeo sobre as redes de agricultores-experimentadores no Nordeste. Este vídeo, assumido institucionalmente pela ASA-Brasil, foi realizado a partir de imagens e depoimentos de agricultores e agricultoras envolvidos em processos de inovação agroecológica em diferentes estados abrangidos pelo semi-árido brasileiro. Sendo um produto institucional da ASA-Brasil, esse vídeo foi distribuído para cerca de 250 entidades que vêm nos 11 estados do semi-árido gerindo o Programa 1 Milhão de Cisternas. O objetivo desse esforço de sistematização é o de subsidiar os debates sobre as concepções metodológicas adotadas pelas entidades de assessoria do campo agroecológico.

IV.2. Programa de Políticas Públicas

Os temas de políticas públicas definidos como prioritários no Plano Trienal não foram os únicos a serem trabalhados pela AS-PTA no período. Com maior capacidade de iniciativa em várias frentes, o governo acabou por impor sua agenda temática e seus prazos às organizações da sociedade civil, que passaram a incorporar em suas pautas várias outras questões: política de extensão rural, política de formação, política de desenvolvimento territorial, política de economia solidária, política de combate à desertificação.

A metodologia que nos propusemos a utilizar - apoiar-nos na sistematização e análise das práticas tanto da AS-PTA como de outros parceiros da ANA para formular propostas de políticas, foi atropelada pela velocidade impressa pelo governo às suas negociações com a sociedade. Embora a referência às experiências geradas pelo movimento agroecológico, sobretudo pela própria AS-PTA, tenha sido uma constante nas negociações com o governo, a capacidade de gerar processos com maior participação dos praticantes nas elaborações das propostas foi quase sempre insuficiente.

Esses fatos não diminuem a significativa influência exercida pela AS-PTA e organizações da ANA na formulação das políticas públicas relacionadas com a

agricultura familiar, mas apontam para uma ainda frágil capacidade de articulação e elaboração coletiva das organizações do campo agroecológico. A construção de uma visão compartilhada do desenvolvimento agroecológico e a formulação de uma agenda própria de propostas no campo das políticas públicas pela ANA pouco avançou no atropelo da participação nas consultas promovidas por distintos organismos do governo.

Esse diagnóstico foi assumido pela Coordenação Nacional da ANA, reunida em Brasília no mês de dezembro, quando se decidiu por uma redefinição das relações com o governo Lula, de forma a evitar prejuízos à formulação e negociação de uma agenda própria da sociedade civil.

A seguir, estão apresentados os principais temas enfocados pelo Programa de Políticas Públicas em 2004.

Campanha “Por um Brasil Livre de Transgênicos”

As forças que defendem uma verdadeira política de biossegurança, tanto no interior do governo como na sociedade civil, obtiveram, em 2004, sua última vitória na luta para barrar a liberação indiscriminada dos transgênicos no Brasil. Apesar da tendência dominante do governo federal a favor de um projeto de lei bastante permissivo, as pressões organizadas a partir do Ministério do Meio Ambiente e da sociedade civil conseguiram neutralizar essa tendência. Os aliados da Campanha na Câmara lograram manter na lei de biossegurança a obrigatoriedade do licenciamento ambiental, pelo Ibama, e a avaliação dos riscos para a saúde humana, pela Anvisa, para a aprovação comercial de produtos transgênicos. Na etapa de negociação do projeto de lei no Senado, o governo conseguiu reverter essa decisão da Câmara, concedendo poder total para a Comissão Técnica Nacional de Biossegurança (CTNBio) liberar os transgênicos. O projeto será ainda votado em última instância na Câmara, e tudo indica que será aprovado.

Face a essa situação, procedeu-se em dezembro a uma avaliação detalhada da Campanha e novas estratégias foram definidas. No próximo ano, o foco central da campanha nacional se deslocará do Congresso para a CTNBio, com o objetivo de impedir e/ou criar obstáculos permanentes à liberação de novas autorizações. De um lado, tratar-se-á de influenciar a regulamentação da lei, notadamente a composição da Comissão, as modalidades de indicação dos membros e os procedimentos decisórios. De outro lado, as ações de lobby nesse sentido deverão se associar a intervenções de sociais em defesa dos direitos dos agricultores de não pagar royalties indevidos e de não serem contaminados.

Pesquisa Agrícola

A nova diretoria da Embrapa assumiu em 2003 com um forte discurso pró-agroecologia, pesquisa participativa e cooperação com os movimentos sociais, mas teve seu poder progressivamente esvaziado nos embates internos ao governo Lula. Por outro lado, vários diretores de Centros de Pesquisa assumiram esse discurso e aprofundaram as relações com a sociedade civil, com forte

cooperação com a AS-PTA, particularmente na áreas do manejo ecológico de solos e do manejo da biodiversidade cultivada e não-cultivada.

Ao longo do ano, foi sendo gestada e, em novembro, foi fundada a ABA – Associação Brasileira de Agroecologia, com participação importante de pesquisadores da Embrapa, centros estaduais de pesquisa e universidades. A ABA poderá vir a ser um importante espaço do debate sobre novas orientações para as políticas de pesquisa, que sintonize o conhecimento científico com o esforço teórico e prático em torno à construção de um novo modelo de desenvolvimento. Este debate está atualmente bem limitado, no caso da Embrapa, a um programa de pesquisa em agricultura orgânica que vem dos tempos do governo anterior.

No campo da ANA, como já referido, após quase um ano de absorção um tanto descoordenada pelas iniciativas do governo, os membros do Grupo de Trabalho de Assistência Técnica e Extensão Rural (Ater) redefiniram o seu objeto e as agendas de trabalho, referindo-as à construção participativa do conhecimento agroecológico. Essa redefinição conceitual e do campo de ação implica a integração metodológica entre pesquisa e extensão, ou seja, as estratégias de gestão dos processos de gestão da inovação para o desenvolvimento local. Como resultado dessa mudança de enfoque, a ANA iniciou um programa de intercâmbios entre seus membros nas regiões nordeste, sul e norte, visando à troca de experiências nesse campo. A AS-PTA assumiu um papel ativo nesse programa, tanto no plano nacional como nas regiões, e as experiências locais da instituição têm sido valorizadas como referência metodológica.

Sementes tradicionais

O programa nacional de sementes tradicionais negociado com a Embrapa e os Ministérios de Desenvolvimento Agrário e do Meio Ambiente pela Via Campesina, a Fetraf e a AS-PTA acabou se inviabilizando com os recuos políticos já mencionados na Embrapa. Apesar do arquivamento da proposta, sua formulação resultou em certa redinamização da cooperação da AS-PTA com várias entidades em torno do tema, notadamente a Via Campesina. Essa cooperação implica a identificação, resgate, melhoramento, multiplicação e a difusão de sementes crioulas, a identificação de obstáculos à sua conservação e manejo e a formulação de propostas de enfrentamento do problema no campo das políticas públicas. Essa tem sido uma “política pública” da sociedade civil de amplo impacto, realizada à margem das políticas públicas governamentais.

Uma questão importante enfocada no período foi a negociação da regulamentação da Lei de Sementes e Mudanças, aprovada no final do governo precedente. Ainda que de forma pouco articulada, as organizações da sociedade civil tinham conseguido incluir na lei a isenção das sementes de variedades tradicionais em relação às medidas draconianas visando ao favorecimento das empresas. O reconhecimento legal das variedades tradicionais foi uma vitória fundamental para o campo agroecológico.

Ao tentar anular essa vitória na proposta de regulamentação da lei discutida em 2004, o governo encontrou a sociedade civil despreparada em relação às questões-chave em debate, como a da aceitação ou não dos critérios de “pureza”

para registrar as variedades tradicionais. A negociação final ficou restrita à AS-PTA e algumas poucas outras entidades, mas conseguiu-se manter as conquistas no que tange às sementes. Quanto à regulamentação da legislação sobre mudas, tivemos uma derrota completa com a aprovação do texto integral do Ministério da Agricultura.

Crédito

Como coordenadora do GT Crédito da ANA, a AS-PTA teve papel destacado nos debates e negociações visando à criação, ocorrida em 2003, dos Pronaf Agroecologia e Semi-árido, no âmbito da Secretaria da Agricultura Familiar do MDA. Durante o ano de 2004 os esforços nessa área da política pública foram dirigidos a favorecer o acesso dos agricultores a essas linhas especiais de crédito.

A fragmentação das atividades das entidades e movimentos associados à ANA, além da insuficiência dos dados oficiais, tornaram difícil avaliar o que ocorreu nas várias regiões de forma mais precisa, mas os dados levantados ao final do ano apontam para um muito baixo acesso da agricultura familiar a essas duas modalidades de Pronaf, assim como a todas as linhas inovadoras de crédito instituídas pelo governo Lula desde 2003. No nordeste, o Pronaf Semi-árido ficou inacessível até maio de 2004, em virtude de problemas com a formatação de um sistema computadorizado para tratamento dos projetos no Banco do Nordeste. Após essa data, as dificuldades operacionais criadas pelos bancos inibiram os tomadores de empréstimos.

A realidade do crédito para a transição agroecológica é que o que se conseguiu ganhar em termos de formulação de uma política nacional, perdeu-se nos descaminhos de sua implementação pelos agentes financeiros locais. Fato de extrema relevância, é que existe muito desconhecimento por parte dos agricultores sobre as novas oportunidades de crédito, faltando capacidade das organizações de apoio em promover a informação e facilitar a elaboração de projetos, apoiando ao mesmo tempo ações de pressão local por sua aprovação pelos bancos.

Na área do micro-financiamento da produção agrícola, a AS-PTA participou dos debates organizados pelo programa de economia solidária do Ministério do Trabalho, com ênfase na questão dos chamados fundos rotativos que financiam diversos tipos de empreendimentos de famílias agricultoras no Nordeste, em particular a construção de obras de infra-estrutura hídrica, como as cisternas de placas e as barragens subterrâneas. Essa iniciativa esteve (e está ainda) ameaçada pelas regras que regem os financiamentos de origem pública. Pareceres técnicos oficiais para o programa “Um Milhão de Cisternas” postulam que as doações governamentais não podem ser distribuídas aos grupos de crédito solidário, na medida em que exigem reembolso. Ora, os fundos rotativos são doações a um grupo comunitário, mas que se tornam propriedade coletiva, tal como um “dinheiro semente” doado para abrir uma conta a ser alimentada em seguida pelos participantes. As devoluções não são para o governo ou para a entidade de apoio, mas para o coletivo de beneficiários. Como os fundos rotativos são uma forma muito mais responsável e eficiente de mobilizar os recursos

próprios para várias iniciativas, a AS-PTA tem atuado para mantê-los nos programas do governo por meio da instituição de um marco legal apropriado.

Apoio ao desenvolvimento local

O enfoque de tratamento desse tema tem se vinculado ao objetivo de superar a enorme segmentação das várias políticas relacionadas com a promoção do desenvolvimento local. Com efeito, para que sejam financiados atualmente projetos de desenvolvimento agroecológico é preciso apresentar propostas separadas para cada atividade: pesquisa, extensão, crédito, capacitação, agro-industrialização, comercialização, educação, etc. As políticas existem com independência, mas os agentes de promoção do desenvolvimento são obrigados a integrá-las na sua relação direta com os agricultores.

A superação dessa segmentação de políticas e de recursos financeiros demanda a criação de um fundo de financiamento do desenvolvimento local, através do qual os agricultores e suas organizações de apoio possam acessar recursos de longo prazo com flexibilidade e integralidade, isto é, incorporando os vários aspectos da atividade.

A luta por essa modalidade de fundo levou à criação de um grupo de trabalho no âmbito do Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável (Condraf), a partir de proposta formulada pela representação da AS-PTA. O GT aprovou a proposta, mas não foi capaz de incorporar o tema à agenda dos ministérios envolvidos. Há, de fato, uma nítida resistência dos vários responsáveis por diferentes departamentos e secretarias nos vários ministérios a um enfoque mais integrado das políticas de financiamento, pois a criação desse tipo de fundo significaria introduzir limitações ao poder que cada qual detém individualmente. Por outro lado, a criação de um fundo de caráter permanente, envolvendo recursos hoje dispersos em vários orçamentos, coloca dificuldades de tipo burocrático e jurídico, talvez já solucionadas por um projeto de lei.

Política de extensão rural

A criação do Conselho Nacional de Desenvolvimento Sustentável da Agricultura Familiar (Condraf), em abril de 2004, atraiu várias organizações participantes da ANA para as negociações de políticas no âmbito do MDA. A AS-PTA foi uma das entidades convidadas e vem se destacando, tanto no plenário do Conselho como nas comissões técnicas de Assistência técnica e extensão rural (Ater) e de Desenvolvimento territorial. Em particular no caso da política de Ater, as entidades da ANA conseguiram influenciar o seminário nacional que definiu as principais orientações oficiais sobre o tema, fazendo constar como prioridade a opção pela agroecologia e abordagens participativas para o desenvolvimento local.

A comissão de Ater desdobrou-se em várias subcomissões, entre as quais teve grande peso a de formação, na qual se manifestaram divergências entre as propostas governamentais e as da maioria dos representantes da sociedade civil. Embora houvesse acordo com as prioridades definidas quanto aos temas da agroecologia e dos processos participativos, não houve consenso nas

concepções sobre formação dos técnicos em Ater. Os membros da ANA advogaram processos de formação mais descentralizados, prolongados e associados às experiências mais avançadas de desenvolvimento local, enquanto que os representantes governamentais propunham um sistema fundado em cursos de formação intensiva e acelerada.

Esse debate serviu para que nos déssemos conta dos limites da nossa capacidade de influência sobre as ações do governo. Nossas propostas não dão conta das exigências de massificação a curto prazo que caracterizam as ações de governo. Ganhamos todos os debates nas diferentes instâncias do Condraf, mas nossa capacidade de responder às demandas massivas do governo são limitadas, e nem é essa nossa vocação.

Política de combate à desertificação

A AS-PTA foi chamada a colaborar com o Ministério do Meio Ambiente na elaboração de uma abordagem de enfrentamento da ameaça de desertificação que incorporasse a questão social, em particular o tema de segurança alimentar. Nosso papel foi o de propor um documento de referência, discutido e aprovado em um seminário nacional realizado em Recife. O desdobramento desse evento será a formulação de um programa específico do MMA, cuja elaboração continuará contando com a colaboração da AS-PTA.

Política de Segurança Alimentar

A AS-PTA participou intensamente do primeiro ano de existência do Consea, mas decidiu não integrar o Conselho que se recompôs após a Conferência Nacional de Segurança Alimentar, realizada em fins de março, em Olinda-PE. No presente momento, a entidade ocupa a suplência da representação do Condraf e participa das reuniões do Conselho sempre que a agenda diz respeito aos temas relacionados ao desenvolvimento rural e à agricultura familiar.

A Conferência Nacional de Segurança Alimentar reuniu cerca de 4000 representantes de todo o país, eleitos em conferências estaduais, com forte participação das bases. As posições defendidas pelos membros da ANA, em particular pela AS-PTA, sobre os temas de agroecologia e transgênicos foram amplamente apoiados pela Conferência. Apesar disso, consideramos que o evento teve papel muito limitado na formulação da política nacional de segurança alimentar. A participação das comissões da sociedade civil que monitoravam de perto o Programa Fome Zero nos municípios perdeu conteúdo, ao mesmo tempo em que se reforçou o papel dos prefeitos e vereadores, em sua esmagadora maioria representantes do poder oligárquico local na gestão do programa. Por outro lado, tanto o Consea como o Condraf tiveram papel importante no reforço do programa da Conab de compra antecipada de alimentos, ameaçado no começo de 2004 por falta de apoio político no seu ministério de tutela, o Ministério da Agricultura e pela pouca disposição das áreas do desenvolvimento social e do desenvolvimento agrário de apoiar um programa com origem em outro ministério. A ação da Conab, muito bem valorizada pelo Programa Local da AS-PTA na Paraíba e por várias organizações da ANA, foi, talvez, a política pública de maior

efeito sobre a produção de alimentos e, em particular, sobre a produção e comercialização de alimentos agroecológicos.

V. Centro de Informação

Considerada a dimensão mais ampla do Plano Trienal 2002-04, a AS-PTA deu importantes passos no período para modificar o conceito e modernizar os métodos adotados pelo Centro de Informação (CI). Integrando os serviços antes executados pelo Centro de Documentação, o CI está atualmente concebido e dimensionado para atuar como um espaço destinado a produzir e disseminar informações qualificadas para subsidiar pessoas e instituições envolvidas com os processos de transição agroecológica no Brasil. Esta evolução vincula-se, de um lado, à disponibilidade de tecnologias modernas, de baixo custo relativo, suscetíveis de conferir maior eficiência e qualidade aos fluxos de informação em rede; de outro lado, à emergência da Articulação Nacional de Agroecologia (ANA), que promoveu a intensificação das interações horizontais entre organizações do “campo agroecológico”, atribuindo atualidade a instrumentos voltadas para estimular e referenciar a comunicação entre elas. A AS-PTA opera com 3 instrumentos, a saber:

- O *Agroecologia em Rede* é um sistema de informações acessado livremente pela rede mundial de computadores, e que tem como componente principal um banco de experiências sobre agroecologia.

O sistema foi concebido e desenvolvido pela AS-PTA juntamente com organizações do campo agroecológico atuantes no semi-árido brasileiro. Em 2004, foi cadastrada uma centena de experiências, em sua grande maioria da região semi-árida. Negociações já vêm sendo realizadas junto a redes do campo agroecológico presentes em outras regiões do país, notadamente nas regiões norte e sudeste, de forma a ampliar a abrangência geográfica do sistema. Objetiva-se também estabelecer parcerias com instituições acadêmicas envolvidas com a investigação agroecológica.

Além do banco de experiências, o sistema conta também com um banco de pesquisas em agroecologia (ainda não alimentado) e um banco de contatos de pessoas e instituições integrantes do campo agroecológico. No próximo Trienal, projeta-se integrar também o banco de dados ao Centro de Documentação da AS-PTA, possibilitando que as consultas sejam realizadas *via internet*. Para tanto, serão necessárias modificações nos procedimentos de classificação dos documentos e a migração da base de dados para outro *software* de gestão da informação mais moderno, ágil e compatível com a *internet*.

- A revista *Agriculturas: Experiências em Agroecologia* é a versão brasileira da Revista Leisa, editada desde o início dos anos 80 na Holanda pela Fundação Ilea. Orientada exatamente para divulgar experiências concretas na área do desenvolvimento agroecológico, a revista, com periodicidade trimestral, é produzida tanto em versão impressa quanto em versão

eletrônica (disponível no *site* da AS-PTA). Contando com um conselho editorial composto por representantes das principais redes do campo agroecológico brasileiro e por representantes de instituições oficiais de pesquisa e extensão rural, “Agriculturas” teve seu número inaugural lançado em setembro de 2004 abordando a temática da segurança alimentar. O primeiro número de série da revista foi editado em novembro sob o tema “Revalorizando a biodiversidade”.

- O *Centro de Informação*, atualmente com aproximadamente 30.000 títulos fixados nos temas da agroecologia e da agricultura familiar, manteve suas atividades de manutenção e atualização do acervo e atendimento aos usuários por meio do sistema “pergunta-resposta” (em torno de 500 consultas/ano). Além da administração da página da AS-PTA na Internet, a equipe do CI empenhou-se e deu início aos estudos visando à elaboração de um novo sistema de classificação do acervo por linguagem controlada, que deverá ser utilizado na integração da base de dados do CD ao banco de dados *Agroecologia em Rede*.

Anexo 1

Principais documentos elaborados em 2004

Textos e artigos

- Almeida, P. e Freire, Adriana G. *Sementes que frutificam: duas histórias de paixão pelas sementes*, in *Agriculturas: experiências em agroecologia*, 2004, vol. 1, nº 1, 28-31 p.
- Almeida, Paula; Silva, Roberval et al.. *A pamonhada na cada de Dona Nenê: agricultura familiar construindo a segurança alimentar no semi-árido*, *Revista Agriculturas: experiências em agroecologia*, Rio de Janeiro, 2004, v. 1, nº 0, 17-21 p.
- Freire, Adriana Galvão e Gomes de Almeida, Silvio. *Estratégias e práticas de acesso aos mercados das famílias agricultoras do Agreste da Paraíba*, AS-PTA, 2004, 6 p.
- Gomes de Almeida, Silvio; Fernandes, Gabriel Bianconi. *Monitoreo economico de la transición agroecológica: estudio de caso de una propiedad familiar del sur de Brasil*. Leisa – *Revista de Agroecologia*, Lima (Peru), edición especial, 2004, 58-63 p.
- Jantara, André e al. *A semente que caiu em terra boa: a trajetória de um movimento social em defesa da agrobiodiversidade*, in *Agriculturas: experiências em agroecologia*, 2004, vol. 1, nº 1, 44-47 p.
- Macedo, J. e Menezes, R. *Manelito de Taperoá e o resgate de raças de caprinos no semi-árido*, in *Agriculturas: experiências em agroecologia*, 2004, vol. 1, nº 1, 15-18 p.
- Monteiro, Denis; Mendonça, Marcio Mattos de. *Quintais na cidade: a experiência de moradores da periferia do Rio de Janeiro*, in *Agriculturas: experiências em agroecologia*, Rio de Janeiro, 2004, v. 1, nº 0, 29-31 p.
- Petersen, P. e Almeida, Paula. *Desenvolvimento sustentável no semi-árido brasileiro: subsídios à formulação do Plano Camponês*, AS-PTA, 2004, _ p.
- Petersen, P. e G. de Almeida, S. *Rincões Transformadores e desafios do movimento agroecológico brasileiro (versão preliminar)*, AS-PTA, 2004, 52 p.
- Weid, J. Marc von der. *Agroecologia: condição para a segurança alimentar*, in *Agriculturas – experiências em agroecologia*, vol. 1, nº 0, p. 4-7.
- Weid, J. Marc von der. *Projeto “Fundo Nacional para o Desenvolvimento Rural Sustentável”*, AS-PTA, 8 p.

Weid, J. Marc von der. *Segurança alimentar: uma visão geral*, AS-PTA, 2004, 21 p.

Material de Comunicação

▪ *Boletins informativos*

- Frutas Nativas: as experiências com umbu.
- A Experiência da família de Aldo Costa em armazenar forragem.
- A experiência da associação de criadores de caprinos e ovinos de Cabaceiras.
- Cultivos ecológicos: a experiência de Robinho.
- A feira livre.
- A experiência do assentamento 68.
- Saiba o que é transgênicos.
- Estoque familiar: a experiência da família de dona Marlene.
- I Festa Estadual da Semente da Paixão – Carta de Soledade.
- Farinhada do Pólo Sindical: história de uma família contada através dos mutirões de mandioca – Zé Pequeno e Biluza.
- Farinhada do Pólo Sindical: Agricultor conserva mandiocas antigas – Chico Caxias.
- Farinhada do Pólo Sindical: comidas de mandioca – Donga, Biluza, Lucia e Nova
- Farinhada do Pólo Sindical: o gado do brejo é a mandioca – Robinho.
- Farinhada do Pólo Sindical: banco de variedade de mandioca – Melchior Batista
- Experiência de Beneficiamento e Comercialização do Leite.

▪ *Vídeos*

- Ao redor da casa: experiências de saúde e alimentação do Pólo da Borborema.
- Sementes da Paixão.
- Arredor de Casa – experiências de saúde e alimentação.
- Barragem Subterrânea.
- IV Encontro Regional de Agroecologia.
- Colaboração na produção e edição dos vídeos: IV Enconasa e Agriculturas: ivendo experiências em parceria com a ASA Brasil.
- Colaboração na produção do vídeo (IN)Segurança alimentar e nutricional do convênio Ibase/Cese/Cecip/Fbsan.

Trabalhos apresentados em congressos e seminários

Perez A.M.M., R.S.C. Menezes. *Adubação orgânica e produtividade de biomassa em um sistema agroflorestal com gliricídia e milho no agreste da Paraíba*. In: XXV Reunião brasileira de fertilidade do solo e nutrição de plantas, X Reunião brasileira sobre micorrizas, VIII Simpósio brasileiro de microbiologia do solo e V Reunião brasileira de biologia do solo. Lages, SC, Brasil, 2004. Anais... dos simpósios (CD-ROM). Lages, SC, Brasil, 2004. 4p

Perez A.M.M., R.S.C. Menezes. *Umidade ao longo do perfil do solo em um sistema agroflorestal com gliricídia e milho*. In: XV Reunião brasileira de manejo e conservação do solo e da água. Santa Maria, RS, Brasil, 2004. Anais... dos simpósios (CD-ROM). Santa Maria, RS, Brasil, 2004. 4p

Perez. A.M.M., R.S.C. Menezes., Santos K.S.R. Silva E.D. *Nutrientes e pH em um Neosolo regolítico sete anos após o plantio de gliricídia*. In: Congresso brasileiro de ciência do solo XXIX. Ribeirão Preto, SP, Brasil, 2003. Anais dos simpósios (CD-ROM). Ribeirão Preto, SP, 2003. 4p.

Silva E.D., Sampaio, E. S. B., R.S.C. Menezes; Perez A.M.M. *Queda de folheda e dinâmica da matéria orgânica do solo em um sistema agroflorestal com Gliricidia sepium*. In: XV Reunião brasileira de manejo e conservação do solo e da água. Santa Maria, RS, Brasil, 2004. Anais... dos simpósios (CD-ROM). Santa Maria, RS, Brasil, 2004. 4p.

Trabalhos de conclusão de curso técnico

Levantamento do sistema de organização, viabilidade genética do Banco de Sementes Comunitário e das áreas de assentamento do agreste paraibano. Aluno: Arlindo Salvador de Siqueira. Orientador: Marcos Barros de Meedeiros. Co-orientadora: Maria Paula Correia de Almeida. Setembro de 2004.

Manejo dos recursos hídricos no agreste da Paraíba. Experiências da agricultura familiar desenvolvidas pelo Pólo Sindical da Borborema em parceria com a AS-PTA. Aluno: Cícero Fábio de Sousa Alvarenga. Orientador: José Camelo da Rocha.

Manejo e Alimentação das Aves de Capoeira (Galinhas). Aluna: Elenice da Silva. Orientador: José Humberto Vilar da Silva. Co-orientador: Marilene Nascimento Melo. Bananeiras, abril de 2004.

Resgate de variedades locais de mandioca e macaxeira (Manihot Esculenta Crantz) através da técnica de propagação rápida no agreste paraibano. Aluno: Francisco Antonio Alexandre. Orientador: Marcos Barros de Meedeiros. Co-orientadora: João Macedo Moreira. Setembro de 2004.

Teses de doutorado em andamento

Ciclagem de nutrientes e produtividade de biomassa em um sistema agroflorestal no Agreste paraibano. Aluno: Aldrin Perez. Orientador: Rômulo S. C. Menezes.

Fixação biológica de nitrogênio em feijão macassar (Vigna unguiculata) cultivado no estado da Paraíba. Aluna: Acácia Fernandes Silva. Orientador: Everardo V.S.B. Sampaio.

Manejo da adubação orgânica em sistemas agrícolas familiares no semi-árido paraibano (Título provisório). Aluna: Kássia Santos. Orientador: Everardo V. S. B. Sampaio.

Anexo 2

REGISTROS FOTOGRÁFICOS

Programa de desenvolvimento local do Agreste da Paraíba



Visita Ministro Patrus Ananias, do Desenvolvimento Social, a práticas agrícolas de convivência com o semi-árido.



Agricultoras participam do curso sobre beneficiamento de frutas.



Agricultor apresenta primeiros resultados do diagnóstico regional da agricultura familiar do Pólo da Borborema.



Agricultores e agricultoras da Bahia visitam experiências com agrofloresta em Esperança/PB.



Feira agroecológica regional em Campina Grande/PB.



I Festa Estadual da Semente da Paixão. Preservando e usando as sementes crioulas.



Agricultores e agricultoras preparam silos de reserva para alimentação dos animais durante a seca.



Feira de sementes em Soledade/PB.



Agricultoras visitam experiências com plantas
medicinais e fruteiras em Montadas/PB.

Programa de desenvolvimento local do Centro-Sul do Paraná



Agricultores e experimentadores participantes do Encontro de Recursos Genéticos – convenio de cooperação AS-PTA – Universidade Estadual de Londrina



Agricultores e agricultoras participam de experimentos de manejo ecológico de solos.



Família do município de Rio Azul expõe seus produtos para a Feira de Sementes



Agricultores(as) e pesquisadores participam da avaliação e planejamento do Programa de Melhoramento Genético Participativo do Milho.



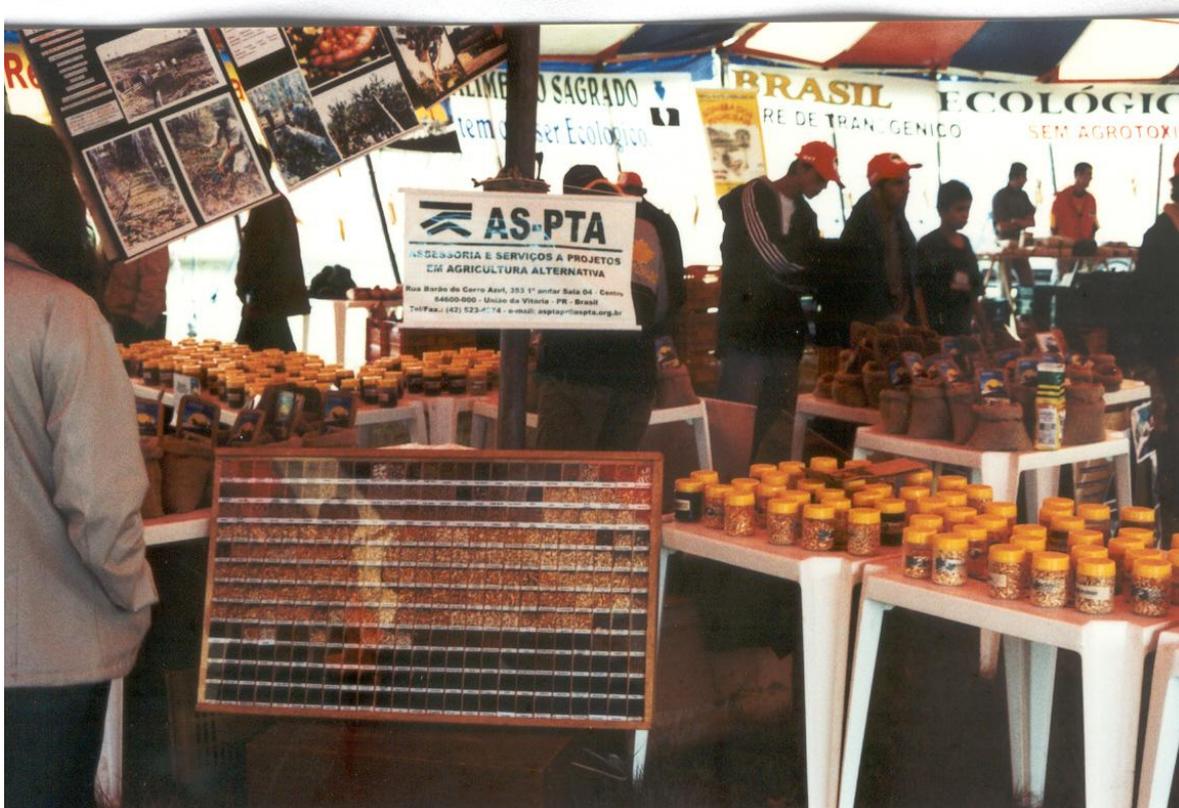
3ª Jornada Paranaense de Agroecologia – Por Um Brasil Livre de Transgênicos



Jovens agricultores e agricultoras em dia de campo sobre manejo sustentado da Floresta de Araucária.



Curso sobre manejo sustentado da Floresta de Araucária para jovens rurais.



3ª Jornada Paranaense de Agroecologia – Agricultores e agricultoras trocam experiências e material genético na feira da biodiversidade.



Encontro do grupo comunitário de experimentadores, em São João do Triunfo. Conservação e uso da biodiversidade.

Projeto de Agricultura Urbana no município do Rio de Janeiro



Curso de agricultura em quintais – troca de experiências entre moradores de diversas comunidades.



Dinâmica de grupo entre participantes de curso – bairro de Campo Grande.



Visita de assessoria técnica à horta comunitária da Praia da Brisa.



Curso de plantas medicinais e remédios caseiros para líderes da Pastoral da Criança.